



A RNPI Rede Nacional Primeira Infância é um foro de articulação de organizações que atuam na proteção, promoção e garantia dos direitos de crianças de até 6 anos. Prêmio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos na categoria Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Estratégias da Rede Nacional Primeira Infância em um tempo de crise

A Rede Nacional Primeira Infância, reunida em Assembleia Extraordinária, nos dias 29 e 30 de junho de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, após analisar a situação das políticas sociais na área dos direitos da criança frente à conjuntura política e econômica do Brasil, considerou necessário redigir esta carta de pactuação interna sobre as prioridades estratégicas para a ação neste e nos próximos anos.

I. O contexto

As mudanças no cenário nacional, dos estados, do DF e dos municípios, que já vinham ocorrendo desde 2015, estão se agravando a ponto de pôr em risco direitos historicamente conquistados, e causar grave deterioração das condições de vida das famílias e crianças.

A Emenda Constitucional 95, que instituiu o “Novo Regime Fiscal no âmbito do orçamento fiscal e da Seguridade Social da União”, congela por 20 anos os recursos da área social anunciando um cenário de grande restrição orçamentária para atender às novas demandas da população, que continua crescendo.

Itens das propostas da reforma trabalhista e previdenciária, e outros projetos de lei de diferentes naturezas, são claras agressões aos direitos fundamentais das trabalhadoras e trabalhadores, das famílias e, por consequência, das crianças.

A sobreposição de um projeto econômico e financeiro ao projeto social de desenvolvimento altera profundamente a perspectiva da garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes.

A presente crise, nas suas múltiplas dimensões, ao invés de ser motivo de frustração ou desânimo, desperta na RNPI a atitude corajosa de enfrentar os riscos e ameaças aos direitos humanos, em particular os direitos das crianças no começo da sua vida. É oportuno recordar e atualizar o que o Plano Nacional Primeira Infância afirma desde 2010: “Esta geração e estes governos querem ser vistos como geração e governos que fizeram a opção prioritária pelas suas crianças” (PNPI, 2010-2022, pag.22).

**SECRETARIA
EXECUTIVA**
(2015/2017)



CECIP Centro de Criação de Imagem Popular

✉ secretariaexecutivarnpi@primeirainfancia.org.br
Rua da Glória, 190/202 • Rio de Janeiro, RJ • 20241-180
☎ (21) 2509 3812 • www.primeirainfancia.org.br



Mais do que nunca, a prioridade absoluta na garantia dos direitos da criança e do adolescente, postas como princípio constitucional (Art. 227), deve ser reafirmada e exigida. As crianças não são culpadas por nenhum dos males presentes, e não devem ser penalizadas pelas medidas de ajuste econômico. Sua vida, saúde, educação, alimentação, o brincar e o lazer, cultura, vínculos familiares e outros – devem ser preservados. Em momentos de crise, esses direitos carecem de proteção e cuidado ainda maior. Além disso, deve ser promovido o acesso de todas as crianças, de todas as infâncias brasileiras, às oportunidades de inclusão e desenvolvimento. Fiel à sua identidade, e orientada pelo PNPI e pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), a Rede tem um projeto para a primeira infância, em cujo cumprimento está engajada. Por isso, definimos as seguintes prioridades estratégicas neste tempo de crise.

II. Prioridades estratégicas

1. Manter e ampliar os espaços de diálogo e participação democrática em que a Rede possa e deva estar. Por meio do diálogo ético e da participação esperamos esclarecer as divergências, ampliar conexões, construir consensos e avançar nas políticas públicas para a primeira infância que promovam a igualdade para as crianças no acesso às oportunidades de vida, desenvolvimento e aprendizagem. Nesse exercício democrático a RNPI manterá a fidelidade a seus princípios e às concepções de criança e infância, à centralidade dos direitos da criança, ao respeito à singularidade e à individualidade de cada criança, à diversidade das infâncias e às características do processo de desenvolvimento infantil afirmados no PNPI, no Marco Legal da Primeira Infância, e em outros documentos legais e normativos.
2. Aprofundar e expandir a comunicação interna e externa da RNPI, utilizando ao máximo seu papel na disseminação do conhecimento e na formação da consciência cidadã, e também ampliando a conectividade dos membros da própria rede com outras organizações e com a sociedade em geral.



3. Dar mais atenção e valor ao trabalho de base, em função de sua conexão direta com as famílias e as crianças. Essa ação se realiza em duas dimensões: no apoio às organizações membros que atuam nas comunidades, com as famílias ou as crianças, e no incentivo a que cada organização assuma, segundo sua especificidade, o trabalho na base, e a partir dele, retroalimente a Rede com dados de realidade das crianças em seus diversos territórios.
4. Investir na formação cidadã de profissionais, das famílias e crianças, visando a que conheçam e ampliem a consciência dos seus direitos e participem ativamente na sua reivindicação.
5. Fortalecer os grupos de trabalho como uma estratégia estruturante de construção de conhecimento e de posicionamento da Rede, e de proposição de soluções aos problemas. Cada GT, em diálogo com o Grupo Gestor, deverá avaliar sua situação, definir e buscar formas de funcionamento, e decidir sobre a continuidade ou conclusão de sua atividade.
6. Criar mecanismo de articulação das redes estaduais primeira infância, que as apoie e fortaleça em suas atuações locais, e as integre sistematicamente às ações de âmbito nacional.
7. Ampliar e fortalecer o relacionamento da RNPI com órgãos internacionais que constituem espaços de observação, avaliação, defesa e promoção dos direitos humanos.
8. Transformar dados estatísticos em informações úteis para a elaboração de diagnósticos e produzir relatórios periódicos sobre a situação de famílias e crianças na primeira infância.

III. O anúncio

Concluimos essa carta de prioridades estratégicas com a consciência de que a RNPI tem um papel reconhecido nacionalmente em tudo que diz respeito ao Cuidado



Integral da criança na primeira infância, e que tanto melhor o cumprirá quanto mais protagonista e propositiva ela for. Acreditamos no Brasil, na força e criatividade do povo, na energia da vida das crianças, no poder transformador da nossa ação em rede, e na função iluminadora da esperança.

Assembleia Geral da Rede Nacional Primeira Infância

30 de junho de 2017